

Jurídico do Sintunesp obtém reintegração de servidor

No dia 26/9, em cumprimento à decisão judicial da 11ª Vara da Fazenda Pública, a Unesp efetuou a reintegração de um servidor do campus de Botucatu, reconduzindo-o à sua função original. Segundo explica o advogado José Francisco Martins, tal decisão judicial consistiu em antecipação de tutela (liminar) deferida na sentença de primeiro grau em ação ajuizada pela assessoria jurídica do Sintunesp. A decisão considerou nulo o processo administrativo que havia determinado a demissão do servidor, declarando urgente a sua readmissão, devido ao caráter alimentar preponderante na relação funcional.

O servidor havia sido demitido no dia 4/5/2006, com a alegação de que teria usado indevidamente um veículo da Universidade. A assessoria jurídica do Sindicato apontou vários vícios que não permitiram a sua ampla defesa, que foram acatados pelo juiz.

Na sentença, a Unesp também foi condenada a efetuar o pagamento de todas as verbas que deixaram de ser pagas, desde a época em que o decreto da demissão se efetivou, inclusive com inclusão das vantagens e benefícios, devidamente atualizadas.

A Unesp ainda tentou “cassar” a liminar junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, mas não obteve êxito, pois a medida foi julgada improcedente pelo desembargador João André de Vincenzo.

“Sem dúvida, trata-se de uma grande conquista não só do Sintunesp, como do conjunto dos servidores técnico-administrativos contra as arbitrariedades praticadas pela Universidade, principalmente quando esta utiliza processos administrativos com a clara intenção de meramente punir”, conclui o advogado do Sintunesp.

Aviso importante

Contatos com a assessoria jurídica do Sintunesp

O escritório Michelão Ribeiro - Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao Sintunesp, comunica mudanças e melhorias nas formas de contato. O telefone à disposição dos servidores é o (14) 3234-9989, enquanto os e-mails são:

- faleconosco@michelaoribeiro
- adm@michelaoribeiro.com.br

Para os servidores que precisarem enviar correspondência ao escritório, o endereço é Rua Rubens Pagani, nº 1-82, Jardim Samaritano, Cep: 17.016-210, Bauru – SP.

Consultas pelo site

O servidor também pode consultar informações sobre processos no site do escritório. Para isso, deve seguir os seguintes passos:

- Acessar www.michelaoribeiro.com.br.



- No canto direito da página, clicar no ícone “Serviços” - “Área Restrita Clientes”.
- Digitar o CPF sem pontos ou traços. Após digitar a senha escolhida no campo de baixo, clicar em “OK”.

- Cadastrada a senha, digitar novamente o CPF e a senha cadastrada. Em seguida, o sistema disponibilizará o acesso à posição processual.

Unesp tem caixa para quitar precatórios. Falta vontade política

Na reunião do CADE realizada em 19/9, o vice-reitor da Unesp, professor Herman, informou que, ainda este ano, serão destinados R\$ 3 milhões para pagamento dos precatórios. Segundo ele, a quitação total exigiria R\$ 50,6 milhões.

O pró-reitor de Administração, professor Durigan, completou a informação, dizendo que o pagamento será retomado de forma gradual e que será formada uma comissão (com membros da APLO, PRAD e AJ) para estudar uma proposta de cronograma. Na reunião dos dias 17 e 18 de outubro, o CADE indicou os seus componentes para a comissão: o representante técnico-administrativo Aurélio Teixeira, de Rio Claro, e o professor Padilha, de Bauru.

Os representantes dos servidores, membros do “Chapão”, questionam o pagamento de uma parcela tão pequena dos precatórios e lembram que a própria reitoria vem afirmando dispor de uma reserva de R\$ 110 milhões em caixa. Ou seja, a situação financeira da instituição permitiria destinar um valor maior para pagamento dos precatórios.

Promoção

Representantes e Sintunesp conquistam extensão do pagamento

Na reunião do CADE realizada nos dias 17 e 18/10, os representantes dos servidores vinculados ao “Chapão” e o Sintunesp receberam uma boa notícia. A reivindicação de pagamento da promoção devida ao segmento nos anos de 2003 e 2004 também será paga aos servidores afastados por licença-gestante, de saúde e de acidente de trabalho que fizeram jus ao benefício neste período. Antes, eles estavam excluídos por não cumprirem alguns dos critérios exigidos para serem promovidos.

Os representantes e o Sintunesp também reivindicaram que o pagamento fosse feito aos servidores aposentados que estavam na ativa entre 2001 e 2004. O pró-reitor de Administração, Júlio Cezar Durigan, alegou que, neste caso, o pagamento seria inconstitucional.

Vale alimentação

Na mesma reunião do CADE, foi dada a informação de que o vice-reitor da Unesp, professor Herman Voorwald, pretende solicitar, junto à Comissão de Orçamento, a inclusão de previsão de 20% de reajuste para o vale alimentação. O representante Ademir Machado dos Santos, de Guaratinguetá, que integra a Comissão, informa que solicitará uma verba suficiente para equiparar o vale pago na Unesp ao da USP, atualmente em torno de R\$ 210,00, sem teto de salário, pois esta é a reivindicação que consta na pauta específica da categoria.

Sintunesp e Adunesp fazem reunião em Registro

No dia 23 de outubro, representantes do Sintunesp e da Adunesp estiveram no campus experimental de Registro. A reunião, que contou com a presença de representantes dos três segmentos, teve como objetivo central o apoio ao professor Afrânio José Soriano. Membro da Diretoria Executiva da Adunesp, o docente teve o muro de sua residência pichado com frases obscenas. O ato



de agressão é um desdobramento do processo de denúncias contra irregularidades no campus.

De acordo com informações recebidas pelos sindicatos, vem ocorrendo um processo de coação e assédio moral contra servidores e alguns docentes. Uma das reivindicações apresentadas pelas entidades é o cumprimento da portaria Unesp 461/05, que prevê a escolha do Conselho de Curso de forma direta pelos docentes e estudantes.

Falando em nome do Sintunesp, os coordenadores Alberto de Souza e Wagner Alexandre manifes-

taram apoio ao professor Afrânio e cobraram democracia nos campi experimentais. Eles frisaram que é absurda a ameaça de demissão a servidores e docentes pelo fato de serem celetistas. “Nenhum servidor público pode ser demitido sem que haja um processo sindicante, com amplo direito de defesa, e aqui em Registro não é diferente. Qualquer intimidação deve ser imediatamente denunciada ao Sindicato”, reforçaram os coordenadores, lembrando que a entidade aguarda o pronunciamento do reitor quanto à pauta específica dos servidores dos campi experimentais.